

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ/MG

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2023



ASSESSOR LEGISLATIVO

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA****A dignidade da pessoa humana**

A dignidade é intrínseca: vem do próprio fato de ser humano, vem de dentro. Não é concedida – e nem retirada – por ninguém.

“Quanto vale o homem / Menos, mais que o peso? / Hoje mais que ontem? / Vale menos velho? / Vale menos morto?”, perguntou Carlos Drummond de Andrade em um de seus poemas. A melhor resposta que podemos dar ao poeta é a de que o homem sempre vale muito. Cada ser humano, independentemente de qualquer atributo ou característica (sexo, idade, raça, religião etc.) ou de qualquer comportamento que tenha adotado ou venha a adotar, tem um valor único, um significado que transcende a sua existência individual e que tem relevância para todos os demais homens. É isso que queremos expressar quando falamos em “dignidade da pessoa humana”.

Dignidade é a especial preeminência de que alguém goza; é seu alto valor, sua nobreza. Quando falamos de dignidade do homem, referimo-nos a algo que é intrínseco: vem do próprio fato de ser humano, vem de dentro. Não é concedida – e nem retirada – por ninguém: nem pelos que nos rodeiam, nem pelo Estado, nem pela cultura, nem pelo consenso social. E não é coletiva, mas individual: não falamos da dignidade “da humanidade” em geral, mas de cada pessoa. Cada ser humano, único e irrepetível, é digno de respeito. É disso que trata a Declaração Universal dos Direitos do Homem quando afirma, em seu artigo 1º, que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” e, em seu preâmbulo, que “o reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana é o fundamento da liberdade, justiça e paz no mundo”.

Mais adiante, no poema, Drummond lançará outra pergunta: “Que milagre é o homem?”. Em outras palavras, o que nos faz tão especiais? Ao longo da história, diversos filósofos deram diferentes respostas a essa questão, mas, no fundo, chegaram a uma conclusão similar. Para Aristóteles, a razão dessa especial dignidade é a capacidade de compreensão e inteligência do homem. O filósofo grego entende que o ser humano é capaz de entrar em sintonia com a totalidade do universo. Para toda a tradição judaico-cristã, a raiz desse especial valor é o fato de ser imagem e semelhança de Deus – e é sintomático que o cristianismo tenha tido um impacto tão grande nas sociedades pagãs ao afirmar a universalidade da dignidade humana entre pessoas que viam, por exemplo, as mulheres como objeto. Na época das Grandes Navegações, o debate sobre a dignidade dos habitantes das novas terras descobertas resolveu-se afirmativamente graças ao trabalho de pensadores como o espanhol Francisco de Vitória.

O grande teórico moderno da dignidade humana é *Immanuel Kant*, que no século 18 tratou do ser humano e da sua dignidade como “a coisa que se acha acima de todo o preço, e por isso não admite qualquer equivalência”. A razão especial dessa dignidade, defendia o filósofo prussiano, é a autonomia da vontade do ser humano, a capacidade de o homem se autodeterminar, definir os rumos de sua própria existência. As liberdades individuais são expressões naturais dessa capacidade.

É difícil apontar para a fonte exata dessa singularidade que se percebe no homem. Há nele uma interioridade, um poder de, por meio da inteligência, da vontade, da capacidade de elaborar os sentimentos, travar contato com diversas realidades e torná-las parte de si mesmo, que o torna muito especial. Mais ainda: ele é capaz de chegar àquilo que está destinado a ser, a desenvolver os seus potenciais, a corrigir seus rumos até o último minuto. E, como se isso não bastasse, o homem é um ser que sempre está em busca de algo mais, de algo que o transcenda, o que o diferencia de todos os outros animais. Esta não é uma diferenciação apenas quantitativa, mas qualitativa. Por mais que reconheçamos nos animais atributos como a inteligência, essas características que mencionamos são únicas do gênero humano. A noção de “pessoa” está diretamente vinculada a essas características: o homem nunca é algo; é sempre alguém – mesmo quando o exercício de sua autonomia não pode ser plenamente exercido; pensemos, por exemplo, em pessoas cuja situação as impede de realizar escolhas, como um paciente em coma ou alguém tão mergulhado nas drogas que já perdeu o controle de si mesmo. Elas não são menos dignas, menos “pessoas”, que ninguém.

Mesmo depois de *Kant*, a humanidade ainda levou tempo para entender totalmente que todo ser humano era portador de uma dignidade intrínseca – os movimentos abolicionistas e dos direitos civis precisaram ensinar isso ao homem dos séculos 19 e 20. E uma das últimas fronteiras foi quebrada quando a dignidade do inimigo foi finalmente reconhecida, por meio de tratados internacionais como as Convenções de Genebra, que pretendiam banir o tratamento desumano a civis e combatentes em tempos de guerra.

No entanto, diante da simples observação da realidade e dos comportamentos humanos, surge o questionamento: não há, mesmo, pessoas mais ou menos dignas? A dignidade é sempre igual para todos? A essa pergunta podemos responder afirmando que a palavra “dignidade” tem mais de um sentido. A dignidade de que temos tratado aqui é a chamada “dignidade ontológica”; tem este nome justamente por derivar da própria existência como ser humano, e por isso todos a têm em idêntico

grau. São as considerações a respeito desta dignidade que continuarão a nos guiar nas reflexões que ofereceremos mais adiante. Mas existe também o que podemos chamar de “dignidade moral” – isto é, o patrimônio moral que cada um construiu com o uso da sua liberdade. É ela que alguém tem em mente quando afirma que uma pessoa pode ser mais digna que outra. A dignidade moral, sim, pode ser perdida (e também recuperada), mas única e exclusivamente pela decisão livre de seu detentor, pelas próprias atitudes. Ou seja, perdida, mas jamais retirada. Os piores facínoras perderam sua dignidade moral porque assim o quiseram, por suas escolhas. Mas sua dignidade ontológica se preserva – nesse sentido, os maiores crápulas são tão dignos quanto os maiores heróis – e é a raiz do incrível poder de redirecionar a própria vida, de voltar a dar sentido a ela, mediante o arrependimento, até o minuto final de sua existência.

O homem é um ser que esquece. Talvez não se esqueça tão facilmente daquelas questões mais triviais do dia a dia, mas acaba se esquecendo das grandes verdades a respeito de si mesmo. E uma dessas verdades é sua inviolável dignidade.

(Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/>. Acesso em: 04/01/2024.)

Questão 01

No subtítulo do texto “*A dignidade é intrínseca: vem do próprio fato de ser humano, vem de dentro. Não é concedida – e nem retirada – por ninguém.*”, os dois-pontos foram usados para anunciar um(a):

- A) citação.
- B) vocativo.
- C) enumeração.
- D) esclarecimento.

Questão 02

As vírgulas marcam uma pausa de pequena duração e há regras específicas para o seu uso. Assim, no trecho “*Não é concedida – e nem retirada – por ninguém: nem pelos que nos rodeiam, nem pelo Estado, nem pela cultura, nem pelo consenso social.*” (2º§), as vírgulas foram usadas para

- A) isolar aposto explicativo.
- B) isolar elementos repetidos.
- C) separar elementos coordenados.
- D) separar orações coordenadas assindéticas.

Questão 03

A coesão textual é responsável pela ligação entre as orações, os períodos e parágrafos. Assim, os elementos linguísticos, aplicados adequadamente, são fundamentais para que o texto seja todo coeso. A partir dessa consideração, analise o elemento linguístico “no entanto” em: “*No entanto, diante da simples observação da realidade e dos comportamentos humanos, surge o questionamento: não há, mesmo, pessoas mais ou menos dignas?*” (7º§) O termo “no entanto”, que introduz o parágrafo, tem a função de operador argumentativo

- A) intraparágrafo e inicia uma contra-argumentação.
- B) intraparágrafo e introduz uma justificativa relacionada ao enunciado anterior.
- C) interparágrafo e marca ideia adversa à que foi apresentada no parágrafo anterior.
- D) interparágrafo e introduz a conclusão do que foi apresentado no parágrafo anterior.

Questão 04

Os verbos auxiliares são usados na construção de locuções verbais. Nelas, os verbos auxiliares são flexionados. Analise a locução verbal “pode ser” em: “*É ela que alguém tem em mente quando afirma que uma pessoa pode ser mais digna que outra.*” (7º§) No trecho citado, o valor semântico da forma verbal é:

- A) Ação definitiva.
- B) Pedido ou ordem.
- C) Ação possível relativa ao futuro.
- D) Ação definitiva ligada ao presente.

Questão 05

Confrontando as duas definições de dignidade apresentadas no texto, dignidade ontológica e dignidade moral, assinale a afirmativa correta.

- A) A dignidade ontológica está relacionada às atitudes do ser humano em seu curso de vida.
- B) Enquanto a dignidade ontológica é comum a todos, a dignidade moral está ligada à conquista.
- C) Ambas as dignidades estão relacionadas às virtudes humanas, o que torna o ser humano digno ou não de benesses.
- D) A dignidade moral embora seja adquirida a partir do ser humano, ou seja, depende de suas ações, uma vez perdida não é restabelecida.

Questão 06

Saber o significado das palavras e a relação que elas estabelecem em determinado contexto é importante para a compreensão da informação. Nesse sentido, assinale a alternativa cujo significado do vocábulo sublinhado está corretamente indicado.

- A) “Dignidade é a especial preeminência de que alguém goza; é seu alto valor, sua nobreza.” (2º§) – trivialidade.
 B) “Os piores facínoras perderam sua dignidade moral porque assim o quiseram, por suas escolhas.” (7º§) – apazíveis.
 C) “E, como se isso não bastasse, o homem é um ser que sempre está em busca de algo mais, de algo que o transcenda, o que o diferencia de todos os outros animais.” (5º§) – sobrepuja.
 D) “[...] todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” e, em seu preâmbulo, que “o reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana é o fundamento da liberdade, justiça e paz no mundo.” (2º§) – sua conclusão.

Questão 07

“É ela que alguém tem em mente quando afirma que uma pessoa pode ser mais digna que outra.” (7º§) A frase cuja palavra sublinhada exerce função sintática diferente de “mais” é:

- A) “Cada ser humano, único e irrepetível, é digno de respeito.” (2º§)
 B) “A dignidade moral, sim, pode ser perdida (e também recuperada) [...]” (7º§)
 C) “A melhor resposta que podemos dar ao poeta é a de que o homem sempre vale muito.” (1º§)
 D) “[...] a coisa que se acha acima de todo o preço, e por isso não admite qualquer equivalência.” (4º§)

Questão 08

A coesão textual pode ser estabelecida por elementos linguísticos como os substantivos e os pronomes. Assinale a alternativa cujo pronome sublinhado não retoma o nome indicado.

- A) “[...] pensemos, por exemplo, em pessoas cuja situação as impede de realizar escolhas, como um paciente em coma ou alguém tão mergulhado nas drogas que já perdeu o controle de si mesmo.” (5º§) – pessoas.
 B) “Há nele uma interioridade, um poder de, por meio da inteligência, da vontade, da capacidade de elaborar os sentimentos, travar contato com diversas realidades e torná-las parte de si mesmo, que o torna muito especial.” (5º§) – homem.
 C) “E, como se isso não bastasse, o homem é um ser que sempre está em busca de algo mais, de algo que o transcenda, o que o diferencia de todos os outros animais. Esta não é uma diferenciação apenas quantitativa, mas qualitativa.” (5º§) – homem.
 D) “Mas existe também o que podemos chamar de ‘dignidade moral’ – isto é, o patrimônio moral que cada um construiu com o uso da sua liberdade. É ela que alguém tem em mente quando afirma que uma pessoa pode ser mais digna que outra.” (7º§) – liberdade.

Questão 09

Analise o emprego do pronome “cuja”: “[...] em pensemos, por exemplo, em pessoas cuja situação as impede de realizar escolhas, [...]” (5º§). O pronome está adequadamente empregado. Assinale a alternativa que não cumpre com as regras de concordância em relação ao uso do pronome “cujo”.

- A) Há situação cujo objetivo requer prioridade.
 B) A casa cuja cores foram modificadas ficou mais estilosa.
 C) O episódio novo da série cujas cenas foram bem produzidas me chamaram atenção.
 D) O homem, cujos atributos foram mencionados, recebeu a promoção merecidamente.

Questão 10

No trecho “Mais ainda: ele é capaz de chegar àquilo que está destinado a ser, a desenvolver os seus potenciais, a corrigir seus rumos até o último minuto.” (5º§), o acento grave indicador de crase foi devidamente empregado. Analise o uso do acento grave indicador de crase nos seguintes casos:

- I. Avisei-o que chegaria atrasado, talvez chegaria às treze.
 II. Refiro-me à obra de Machado de Assis, Dom Casmurro.
 III. Enquanto alguns pesquisadores foram de carro, outros preferiram ir à pé.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
 B) III.
 C) I e II.
 D) II e III.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**Questão 11**

Juliano trabalha como auxiliar administrativo e, em determinada manhã, olhou para o seu relógio digital com o seguinte horário:

H M S
08 : 37 : 48

Qual é o número mínimo de segundos até que todos os dígitos deste relógio se alterem?

- A) 4.872
- B) 4.932
- C) 4.992
- D) 5.052

Questão 12

Amanda, Beatriz e Marcela são professoras de sociologia, português e artes, mas não necessariamente nessa ordem. Com respeito às idades distintas das três professoras, uma delas possui 28 anos, a outra possui 34 anos e, a última, 42 anos. Sabe-se que Marcela é professora de artes e não possui 28 anos de idade, pois quem tem essa idade é a professora de português. Adicionalmente, Beatriz não possui 42 anos de idade e Amanda não é professora de sociologia. Se cada professora leciona uma única disciplina, é correto afirmar que:

- A) Marcela não é mais velha que Amanda.
- B) Beatriz é professora de sociologia e possui 34 anos.
- C) Amanda é professora de artes e não possui 42 anos.
- D) A professora de sociologia é mais velha que a professora de artes.

Questão 13

Após a visita dos diretores de determinada empresa, a responsável pelo setor de recursos humanos desenvolveu 5 tarefas diferentes que devem ser distribuídas aos seus 4 funcionários. Cada tarefa deve ser distribuída a um único funcionário e cada funcionário deve receber, pelo menos, uma tarefa. Considerando as informações, de quantas formas distintas as tarefas podem ser distribuídas entre os funcionários?

- A) 60.
- B) 120.
- C) 240.
- D) 480.

Questão 14

Em relação aos 600 cotistas de um clube, sabe-se que 240 utilizam a academia, 180 utilizam a piscina e 80 utilizam tanto a academia quanto a piscina. Se um cotista é selecionado aleatoriamente dentre os que usam a piscina ou a academia, a probabilidade de que ele use a academia e não use a piscina é

- A) menor que 0,45.
- B) maior que 0,51.
- C) maior que 0,45 e menor que 0,48.
- D) maior que 0,48 e menor que 0,51.

Questão 15

Em determinada gráfica, a impressora A imprime 60 banners no formato A0 em 3 horas de trabalho. Por outro lado, a impressora B dessa gráfica imprime 25 banners no formato A0 por hora. Em relação à impressora A, qual a redução no tempo de trabalho, em horas, ao imprimir 100 banners no formato A0 com a impressora B?

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4

LEGISLAÇÃO

Questão 16

Considerando as disposições da Lei Federal nº 8.429/1992, analise atentamente as informações a seguir.

- I. Ciclano percebeu vantagem econômica direta para facilitar a alienação de bem público por determinado ente estatal, por preço inferior ao valor de mercado.
- II. Meviana facilitou a locação de certo bem móvel por preço superior ao de mercado.
- III. Beltrana revelou fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições públicas e que deveria permanecer em segredo; tal revelação colocou em risco a segurança da sociedade.

Os atos ímprobos cometidos pelos personagens citados são, respectivamente:

- A) I. Enriquecimento ilícito II. Lesão ao erário III. Atentatórios contra os princípios da Administração Pública.
- B) I. Lesão ao erário II. Enriquecimento ilícito III. Atentatórios contra os princípios da Administração Pública.
- C) I. Atentatórios contra os princípios da Administração Pública II. Enriquecimento ilícito III. Lesão ao erário.
- D) I. Enriquecimento ilícito II. Atentatórios contra os princípios da Administração Pública. III. Lesão ao erário.

Questão 17

Conforme aduz a Resolução nº 08/2017, sobre exigências e formalidades em relação à eleição dos membros da Mesa, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Chamada para comprovação da presença da maioria dos membros da Câmara.
- () Inscrição até três dias antes da eleição dos Vereadores interessados em disputar quaisquer dos cargos da Mesa.
- () Redação, pelo vice-presidente, e leitura pelo Presidente, do boletim com o resultado da eleição.
- () Proclamação, pelo Presidente, dos eleitos.

A sequência está correta em

- A) V, F, F, V.
- B) F, V, V, F.
- C) V, F, V, F.
- D) F, V, F, V.

Questão 18

O Processo Administrativo Federal – Lei nº 9.784/1999, é a sucessão de atos e atividades tanto do Estado quanto de particulares ordenados para a obtenção de decisão sobre uma controvérsia no âmbito administrativo, produzindo uma vontade final da Administração Pública. Sobre o tema em voga, assinale a afirmativa correta.

- A) O relatório consiste em peça meramente elucidativa do agente ou de comissão em que é apresentado uma proposta de solução para a lide.
- B) A decisão no prazo, em regra, de até quinze dias, por parte da autoridade judiciária, consiste na execução do verdadeiro poder punitivo exercido pelo Estado.
- C) Se a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, poderá, o órgão competente, mediante Portaria, abrir período para consulta interna no órgão da Administração Pública a que se refere o processo.
- D) São inadmissíveis não somente as provas obtidas por meios ilícitos, como também aquelas que nela tiveram origem – *fruits of the poisonous tree*. A consequência deve ser apenas o desentranhamento da prova do processo ou sua desconsideração para o desfecho da causa.

Questão 19

Sobre o pedido de reconsideração, com base na Lei nº 9.784/1999, analise as afirmativas a seguir.

- I. O pedido de reconsideração será formulado quando o interessado tiver novos argumentos.
- II. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não o reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- III. O pedido de reconsideração só pode ser formulado uma vez. Nesse pedido, o interessado deverá requer o reexame do ato à própria autoridade que o emitiu.

Está correto o que se afirma em

- A) II.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I, II e III.

Questão 20

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Maria de Fé, em seu Art. 7º, dispõe que o seguinte juramento “Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Minas Gerais, a Lei Orgânica do Município de Maria da Fé e o Regimento Interno da Câmara Municipal, respeitar as leis, desempenhar com retidão o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem-estar do povo” deverá ser proferido pelo(a):

- A) Prefeito eleito.
- B) Vereador mais idoso.
- C) Vereadora eleita com maior número de votos.
- D) Presidente da Câmara, empossado em 1º de janeiro, no início da legislatura.

Questão 21

Martina logrou êxito na aprovação em Câmara Municipal de Maria da Fé. A Lei Federal nº 8.429/1992 aduz que a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação

- A) do comprovante de escolaridade.
- B) da declaração de idoneidade moral.
- C) do certificado de aprovação em estágio probatório.
- D) de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Questão 22

Tendo em vista a Lei Orgânica do Município de Maria da Fé, são objetos de deliberação da Câmara, na forma do Regimento Interno:

- A) Moções.
- B) Resoluções.
- C) Leis delegadas.
- D) Emendas à Lei Orgânica.

Questão 23

A Lei Orgânica do Município de Maria da Fé preconiza que é(são) vedado(s)

- A) subsídio diferenciado para o Presidente da Câmara.
- B) ao Prefeito, aprovar, administrativamente, projetos de obras, construções ou edificações públicas.
- C) ao Prefeito, prover os cargos públicos municipais do Executivo e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores da administração direta e indireta.
- D) a fixação e o pagamento, aos Vereadores, de remuneração pela participação em reuniões extraordinárias, bem como de qualquer parcela indenizatória em razão da convocação.

Questão 24

A política rural, estabelecida em conformidade com as diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo orientar e direcionar a ação do poder público municipal no planejamento e na execução das atividades de apoio à produção, comercialização, armazenamento, agroindustrialização, transporte e abastecimento de insumos e produtos. Desse modo, o Município efetuará os estudos necessários ao conhecimento das características e das potencialidades de sua zona rural, visando:

- A) Reduzir os conflitos e impactos negativos ao turismo rural.
- B) Complementar os recursos locais e as atividades tradicionais.
- C) Evidenciar a expectativa de desenvolvimento econômico associada ao turismo na área rural.
- D) Identificar e implantar programas de pagamento por serviços ambientais adequados ao perfil das propriedades rurais.

Questão 25

Molina foi eleito Vereador nas eleições proporcionais do ano de 2023 para o Município de Maria da Fé. A Lei Orgânica do Município prevê que Molina não poderá, desde a expedição do diploma:

- A) Ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo federal, estadual ou municipal.
- B) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal ou nela exercer função remunerada.
- C) Ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades públicas, salvo cargo de secretário municipal ou diretor equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato.
- D) Firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público.

CONHECIMENTOS DO CARGO**Questão 26**

No ano de 2029, Gertrudes, assessora legislativa da Câmara Municipal de Maria da Fé, recebe consulta oriunda de determinado Vereador a respeito das vedações a ele impostas pelo Regimento Interno da Casa, quando de sua participação do processo legislativo. Considerando-se que o regramento no momento da consulta é o mesmo que, atualmente, vige no âmbito do Município, assinale a afirmativa que NÃO representa uma dessas vedações.

- A) Apresentar proposição de seu interesse particular.
- B) Lembrar à Mesa, verbalmente ou por escrito, o impedimento do Vereador que não se manifestar.
- C) Emitir voto sobre proposição de seu ascendente, descendente ou parente, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.
- D) Emitir voto em comissão, quando da apreciação de proposição de sua autoria, bem como participar da discussão e votação em Plenário.

Questão 27

Sobre o processo legislativo municipal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Considera-se dispositivo, para efeito do Regimento Interno da Câmara de Maria da Fé, o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea e o número.
- II. A proposição que receber emendas ou que sofrer qualquer modificação durante a primeira votação, somente passará para o segundo turno após a audiência da comissão ou das comissões a que tiver sido distribuída.
- III. A matéria constante de projeto rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria dos membros da Câmara ou de pelo menos cinco por cento do eleitorado.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 28

Marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95/1998.

- () A Lei será estruturada em três partes básicas: parte preliminar, parte normativa e parte final.
- () Eventual inexistência formal de norma elaborada mediante processo legislativo regular não constitui escusa válida para o seu descumprimento.
- () A ementa, que compõe a parte normativa do texto, será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da Lei.

A sequência está correta em

- A) F, V, V.
- B) V, V, F.
- C) V, F, V.
- D) F, V, F.

Questão 29

Sobre o processo legislativo no âmbito do município de Maria da Fé, assinale a afirmativa correta.

- A) Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa do Prefeito, em qualquer caso, por configurar afronta à separação de Poderes.
- B) Indicação é a proposição em que o Vereador sugere a formulação à autoridade competente de denúncia em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder, ou medidas de interesse público.
- C) A Lei Orgânica pode ser emendada pela Câmara pelo voto de dois terços de seus membros, mediante proposta de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara; do Prefeito; ou de, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município.
- D) Há previsão de participação da comunidade nos projetos de emenda à Lei Orgânica, mediante a realização de audiências públicas, fato que não é verificado no âmbito de projetos de lei do plano plurianual, competência exclusiva do Executivo no exercício de sua função típica de administrar.

Questão 30

Sobre as finanças públicas e sua regulação no ordenamento constitucional vigente, analise as afirmativas a seguir.

- I. Lei complementar disporá sobre operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- II. A Lei Orçamentária Anual compreenderá, dentre outros, o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.
- III. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes não poderão ser utilizados em hipótese alguma, por configurar desvirtuamento do processo legislativo orçamentário.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 31

Em uma aula de direito constitucional de instituição de ensino superior, o professor fomentou discussão acerca das competências constitucionais no ato de legislar. Um trio de alunas, então, travou discussão a respeito de quais competências a Constituição Federal de 1988 estabeleceu como concorrentes. Ana defendeu que são concorrentes as competências para legislar sobre direito tributário, financeiro e penitenciário. Joyce argumentou que são concorrentes as tarefas de legislar sobre direito urbanístico, direito processual e direito do trabalho. Rayane, por fim, afirmou que legislar sobre trânsito e transporte, custas dos serviços forenses e orçamento, são competências concorrentes. Está(ão) correta(s) em suas conclusões:

- A) Ana, apenas.
- B) Joyce, apenas.
- C) Ana e Rayane, apenas.
- D) Todas as alunas.

Questão 32

Insere dentre as funções típicas do Poder Legislativo, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é importante instrumento de fiscalização concebido para a apuração de fatos que tenham repercussão na sociedade. Levando-se em consideração a previsão da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência correlata ao tema, assinale a afirmativa correta.

- A) A CPI é considerada direito subjetivo das minorias, sendo criada por deliberação em Plenário de um terço dos membros da Casa Legislativa, e composta apenas por representantes dos partidos de oposição, por ser instrumento destinado à apuração de irregularidades da gestão.
- B) A CPI é revestida de poderes diversos, dentre os quais dar voz de prisão em flagrante por delitos praticados no funcionamento das sessões da referida Comissão.
- C) No âmbito da CPI, por decisão colegiada dos parlamentares, podem ser determinadas quebras de sigilo fiscal, bancário e telemático, assim como busca e apreensão em domicílio.
- D) Por configurar importante instrumento de controle sobre os demais Poderes, pode ser instalada por prazo indefinido quando tratar de tema com repercussão contínua na vida pública, como é o caso da saúde pública.

Questão 33

Levando-se em consideração as disposições sobre o Processo Legislativo Municipal presentes na Lei Orgânica de Maria da Fé, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, dentre as quais votar as leis do orçamento anual, das diretrizes orçamentárias e do plano plurianual de investimentos, bem como autorizar a abertura, dentre outros, de créditos suplementares.
- () A iniciativa de lei complementar e de lei ordinária caberá ao Prefeito ou a qualquer membro da Câmara e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos no Regimento Interno, e a de resolução e de decreto legislativo, a qualquer membro da Câmara.
- () Mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, a matéria constante de projeto de lei rejeitado poderá constituir objeto de novo projeto, no mesmo período legislativo.

A sequência está correta em

- A) F, F, F.
- B) V, F, V.
- C) F, V, V.
- D) V, V, V.

Questão 34

A Presidência da Câmara Municipal de Maria da Fé solicitou a elaboração de projeto de resolução a respeito de determinada matéria, sendo que Caio, assessor legislativo, foi incumbido do respectivo estudo e redação do documento. Assinale a afirmativa que representa uma diretriz correta a ser observada por Caio a respeito da citada espécie legislativa.

- A) O projeto de resolução deve tramitar em turno único de discussão e votação nominal.
- B) É vedada a edição de resolução que verse, dentre outras, sobre matérias de caráter político ou legislativo.
- C) A referida espécie legislativa destina-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara que tenham efeito externo.
- D) Após discutida e votada, bem como superado o prazo de sanção ou veto pelo Prefeito, as resoluções são promulgadas pelo Presidente da Câmara e assinadas com o Secretário.

Questão 35

Sobre as ações judiciais qualificadas como garantias fundamentais ou remédios constitucionais, assinale a afirmativa correta.

- A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional em funcionamento há pelo menos um ano.
- B) A falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício das prerrogativas inerentes à cidadania é um dos supedâneos para a concessão do mandado de injunção.
- C) Enquanto determinadas ações podem ser interpostas por pessoas físicas ou jurídicas, como é o caso do mandado de segurança, outras somente podem ser ajuizadas por pessoas físicas, a exemplo do *habeas data* e *habeas corpus*.
- D) Qualquer cidadão nacional ou estrangeiro é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Questão 36

Tendo em vista a sistemática constitucional vigente e a organização dos Poderes nela expressa, assinale a afirmativa correta.

- A) Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe discutir projeto de lei, resguardado, em todos os casos, a competência exclusiva do Plenário para a votação do referido projeto.
- B) Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.
- C) Somente pelo voto de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.
- D) A Constituição estabeleceu regime diferenciado para as Defensorias Públicas: enquanto às Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, a da União está subordinada ao Poder Executivo no que concerne a tais aspectos.

Questão 37

O direito de o expropriado exigir a devolução do bem desapropriado que não foi utilizado pelo poder público para atender ao interesse público configura-se no instituto da:

- A) Retrocessão.
- B) Tredestinação lícita.
- C) Desapropriação indireta.
- D) Desapropriação-confisco.

Questão 38

No âmbito de determinado município, foi criada Secretaria de Turismo e Sustentabilidade, a fim de cuidar do desenvolvimento do potencial turístico do município. Ato contínuo, foi realizado concurso para fins de dotar a secretaria de servidores especializados na área. Certo dia, um desses servidores se utilizou de veículo oficial embriagado em horário de serviço e causou acidente de trânsito que danificou automóveis de particulares. Sobre o caso hipotético em apreço, assinale a afirmativa correta.

- A) Prevalece, no Brasil, a teoria do órgão, de modo que, quanto aos servidores da referida Secretaria, aplica-se a noção de imputação volitiva.
- B) As secretarias municipais possuem, em regra, personalidade jurídica própria e capacidade processual para demandarem ou serem demandadas em Juízo.
- C) A Secretaria de Turismo e Sustentabilidade foi criada mediante a técnica da descentralização, dada a sua autonomia para tratar de questões afetas à sua área.
- D) Por se tratar de conduta sem ligação com a prestação de serviço público há, no caso da conduta do servidor que causou o acidente, aplicabilidade da teoria da irresponsabilidade civil do Estado.

Questão 39

João, assessor legislativo de Maria da Fé, recebe processo administrativo que relata a existência de vícios sanáveis em determinado ato exarado pela Presidência da Câmara. Sobre o caso hipotético em apreço e o instituto da convalidação, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A convalidação, no direito brasileiro, acarreta os mesmos efeitos jurídicos da revogação do ato administrativo.
- B) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos, vez que prepondera a teoria absoluta das nulidades.
- C) Embora viável, em casos excepcionais, a convalidação de atos administrativos não pode alcançar atos anteriores e não se aplica ao caso em tela, tendo em vista que somente opera efeitos futuros, com eficácia *ex nunc*.
- D) A convalidação, segundo a doutrina, pode ser dividida em duas espécies: voluntária, que decorre da manifestação da Administração Pública, e involuntária, que se opera pelo decurso do tempo e independe de manifestação administrativa.

Questão 40

Sobre o tema atos administrativos, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A teoria dos motivos determinantes preconiza que a validade do ato administrativo depende da correspondência entre os motivos nele expostos e a existência concreta dos fatos que ensejaram a sua edição.
- () No âmbito do controle da Administração, não se admite, no Brasil, em qualquer caso, o controle judicial de atos administrativos, quando exercidos com base em discricionariedade do gestor público, dado que seria afronta à separação de Poderes.
- () Opera-se a caducidade quando ato administrativo, discricionário e precário, embora editado validamente à sua época, torna-se inválido ante a ilegalidade superveniente decorrente de alteração legislativa.

A sequência está correta em

- A) F, V, V.
- B) V, V, F.
- C) V, F, V.
- D) F, V, F.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em **NENHUM MEIO**.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para o cargo de nível médio e para os cargos de nível superior.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 3 (três) horas para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) devidamente assinado em local indicado. O candidato que descumprir a regra de entrega de tal documento será ELIMINADO do certame.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.